

Recensão

Berg, P., & Kokkonen, M. (2022). Heteronormativity meets queering in physical education: the views of PE teachers and LGBTIQ+ students. *Physical Education and Sport Pedagogy*, 27(4), 368-381. <https://doi.org/10.1080/17408989.2021.1891213>

Introdução

A recensão crítica ao artigo de Berg e Kokkonen (2022), “*Heteronormativity meets queering in physical education: the views of PE teachers and LGBTIQ+ students*”, provém da relevância do tópico na sociedade atual e de toda a controvérsia que gera, visível na ausência de consensos, mesmo após décadas de debate.

O artigo em análise constitui uma abordagem específica ao embate entre heteronormatividade e *queering* em aulas de Educação Física (EF). Por envolver uma tensão física (i.e., de comparação entre desempenhos físicos) mas também estética (i.e., de exposição do corpo enquanto identidade), a EF é um local privilegiado para abordar as questões de igualdade de género, sendo que o artigo apresenta a visão e opiniões de ambos os atores em aula – professores e alunos.

Página | 78

No primeiro tópico do artigo é apresentada uma breve súmula da investigação em discriminação de género em EF. O tópico seguinte detalha as práticas (ações ou verbalizações) de discriminação que sucedem em contexto real de aula, recorrendo a relatos de alunos e professores, onde se evidencia a diferença na perceção que ambos os grupos têm sobre a gravidade dessas práticas discriminatórias. Por último, e com base na evidência, é proposta a premissa de que o combate à discriminação de género em EF se deverá fazer: i) com recurso a uma linguagem inclusiva e neutra, e ii) através de uma mudança no paradigma de avaliação dos alunos, dando maior enfoque aos aspetos técnicos da execução.

A problemática da discriminação de género na Educação Física

Estudos recentes têm identificado tanto a discriminação de que são vítimas os estudantes LGBTQI+ (i.e., lésbicas, *gays*, bissexuais, transgéneros, intersexuais e *queer*), como os obstáculos à participação experienciados na Educação Física (EF). Os estudantes LGBTQI+ enfrentam insultos homofóbicos (Ayvazo e Sutherland, 2009), isolamento, solidão e assédio (Devís-Devís et al., 2018). A EF é considerada problemática, angustiante e até assustadora (Kokkonen, 2014), muitas vezes devido às práticas binárias relativamente ao género, quer nos balneários, quer em contexto de aula.



A heteronormatividade – entendida, de forma genérica, como o construto social que identifica a heterossexualidade como norma – contribui, por definição, para a marginalização das restantes orientações sexuais, uma vez que considera a norma como sendo *natural* (Robinson, 2016). Sendo uma perspetiva transversal, a heteronormatividade também se encontra presente nas aulas de EF. Apesar desta presença, as aulas de EF representam, simultaneamente, um contexto privilegiado para questionar e ultrapassar a heteronormatividade, e, mais especificamente, a problemática da discriminação de género na EF.

Discriminação em EF: Práticas em relação às minorias LGBTQI+ e promoção da igualdade de género

Após entrevistas a professores de EF e estudantes LGBTQI+, os autores apuraram que metade dos professores de EF descreve, em geral: i) as suas atitudes em relação aos alunos LGBTQI+ como “tolerantes”, e ii) as atitudes dos alunos cisgénero em relação aos alunos LGBTQI+ como “permissivas”. Tal significa que as perceções dos professores de EF se encontram mais próximas de “tolerância” e menos de “igualdade”, pressupondo-se assim que existem estudantes que são “tolerados”, e que são diferentes dos heterossexuais. i.e., da norma. Esta postura ideológica é reforçada pelo facto de que os mesmos professores, embora manifestem intenções e relatem práticas que entendem ser inclusivas, continuam a assumir os estudantes como sendo heterossexuais, quando desconhecem a sua orientação sexual.

De facto, a orientação sexual dos estudantes parece ser tema de conflitos em aula de EF. Vários professores da amostra relataram situações de confronto verbal com alunos, quando estes não se identificaram com a rotulagem de género que lhes foi atribuída pelo docente. Ao definir os estudantes como “rapazes” ou “raparigas”, o professor está a definir o género que considera ser, para si, o dos estudantes. Contudo, embora indiretamente, está a inferir sobre o género com os que estudantes se identificam. Como contraponto a esta conduta mais tradicional, pelo menos um docente da amostra manifestou evitar os termos “rapaz” e “rapariga” nas aulas de EF – embora não haja relato da forma concreta como se dirigia aos estudantes –, sendo a neutralidade a forma de trato preferencial reportada pelos estudantes LGBTQI+. Aliás, indo para além do trato, os alunos LGBTQI+ relataram que participar nas atividades de EF seria mais agradável se eles próprios pudessem decidir sobre os seus papéis e grupos onde gostariam de ser integrados. Esta manifestação de interesse por parte dos estudantes levou os autores do estudo a concluírem que tratar todos os alunos de forma igual parece não ser a forma correta de abordar o problema da discriminação de género. No final desta reflexão voltaremos a esta temática, para apresentar uma proposta de conduta docente, que poderá contribuir para atenuar/evitar esta confrontação, tanto ao nível do trato como ao nível da gestão de grupos.

Extinguir a desigualdade através da uniformidade

A preferência dos estudantes LGBTQI+ por i) escolher os seus papéis nas atividades de EF, e ii) ter autonomia para selecionar os grupos a integrar em aula, carece de reflexão. O facto dos estudantes se identificarem como LGBTQI+ não se configura, por si só, como argumento válido para que a discriminação positiva ocorra, i.e., que permita

aos estudantes selecionarem os seus papéis ou grupos a integrar. Esta discriminação positiva poderia, inclusivamente, ter um efeito pernicioso no relacionamento entre estudantes LGBTQI+ e estudantes heterossexuais, sentindo-se estes últimos discriminados negativamente.

Por forma a atenuar a discriminação de género sem recorrer a medidas de discriminação positiva, sugere-se uma intervenção docente em duas áreas: na linguagem utilizada em aula e na avaliação da prática dos estudantes.

A investigação na área da linguagem inclusiva em contexto de aula já demonstrou que esta: i) não deve favorecer indivíduos ou grupos em detrimento de outros, relativamente ao género, e ii) a linguagem utilizada no ensino deve ser abrangente, de modo a incluir todos os géneros (Vizcarra-Garcia, 2021). Em termos de aplicação prática, e em coerência com a evidência, poder-se-á então estipular que existem pronomes que devem ser evitados, como “ele” ou “ela”, tal como apontado pelos autores do estudo aqui em análise. Na mesma linha de raciocínio, são aceitáveis termos como “tu” ou “você”, consoante se queira estabelecer uma relação mais ou menos próxima com os estudantes. Outra forma relativamente neutra de trato passa pela abordagem aos estudantes através da utilização do seu nome próprio, i.e., aquele que se lhes encontra atribuído no Cartão de Cidadão ou documento equivalente.

Quanto à avaliação da prática em EF, propõe-se igualdade não na comparação entre géneros, mas sim na possibilidade de desempenho. Operacionalizando esta perspetiva através de um exemplo muito concreto, convencionou-se que 20 valores (i.e., nota máxima) no salto em comprimento não deverão equivaler a uma distância alcançada (e.g., 6 m para rapazes e 5 m para raparigas) e adaptada às características físicas distintas de ambos. Esta abordagem, embora pretenda dar equidade ao processo avaliativo – pois rapazes e raparigas têm valores de velocidade e força distintos, logo, nota máxima correspondente a distâncias distintas –, é de natureza binária. O problema reside no facto dessa diferenciação criar, por si só, a perceção de que, por ser mais rápido e forte, o rapaz predomina e é fisicamente superior à rapariga.

A EF não deve augurar o rendimento quantitativo, sendo essa uma preocupação central de outra área das ciências do desporto, i.e., o treino desportivo. Ao invés, a EF deve buscar a otimização do movimento na sua expressão técnica (i.e., qualitativa). Assim sendo, tanto os programas curriculares como a conduta dos docentes, devem expressar e valorizar não o resultado mensurável (e.g., distância, tempo), mas antes o rigor técnico da execução, estando esse rigor ao alcance de qualquer género.

Conclusão

São evidentes as discrepâncias entre opiniões e perceções de alunos e professores quanto à discriminação em aula, sendo bastante mais evidentes para os primeiros do que para os segundos. Embora a apresentação das perspetivas de todos os intervenientes constitua um dos principais méritos do artigo, parece que a abordagem às eventuais soluções passa pela repetição de diretrizes genéricas, já conhecidas e pouco eficazes.

Nesta recensão defende-se, ao invés, que a implementação de uma linguagem e prática docente uniforme e imune à discriminação em EF é fundamental para que as questões de género deixem de ser, sequer, tema de debate no futuro.

Referências bibliográficas

- Ayvazo, S., & Sutherland, S. (2009). Uncovering the Secrets: Homophobia in Physical Education. *Action in Teacher Education*, 31(3), 56-68. <https://doi.org/10.1080/01626620.2009.10463528>
- Devís-Devís, J., Pereira-García, S., López-Cañada, E., Pérez-Samaniego, V., & Fuentes-Miguel, J. (2018). Looking Back into Trans Persons' Experiences in Heteronormative Secondary Physical Education Contexts. *Physical Education and Sport Pedagogy*, 23(1), 103-116. <https://doi.org/10.1080/17408989.2017.1341477>
- Kokkonen, M. (2014). Discrimination of Sexual and Gender Minorities in Sports and Exercise. *Publications of the National Sports Council*. Ministry of Education and Culture: Finland.
- Robinson, B. A. (2016). Heteronormativity and Homonormativity. In A. Wong, M. Wickramasinghe, R. Hoogland and N. A. Naples (Eds.), *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Gender and Sexuality Studies*. Wiley-Blackwell. <https://doi.org/10.1002/9781118663219.wbegss013>
- Vizcarra-Garcia, J. (2021). Teachers' Perceptions of Gender Inclusive Language in the Classroom. *International Journal of Linguistics, Literature and Translation*, 4(3), 110-116. <https://doi.org/10.32996/ijllt.2021.4.3.12>

Notas sobre o autor:

José Eduardo Lopes
jose.eduardo@ipportalegre.pt
Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Portalegre
<https://orcid.org/0000-0003-3284-2600>